

1 **ATA DA 290ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE**
2 **SERGIPE REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025.**

3 Aos vinte e cinco de novembro de 2025, às 9h35 foi realizada a 290ª Reunião
4 Ordinária do Conselho Estadual de Saúde, no auditório da Fundação Estadual de
5 Saúde - FUNESA, localizado na Tv. Manoel Aguiar Menezes, 33 - Getúlio Vargas,
6 Aracaju – SE, convocada por seu Presidente, **Cláudio Mitidieri Simões**, para que
7 fosse discutida e deliberada a pauta do dia. O conselheiro Antônio Luiz presidiu a
8 reunião. Convidou representantes no pleno para compor a mesa de forma paritária.

9 **1. Aprovação da 289ª ata reunião ordinária; 2. Informes Gerais; 3.**
10 **Apresentação “A Saúde Bucal: conhecendo o papel de cada ente federativo e**
11 **a rede assistencial do Estado de Sergipe. SES; 4. Apresentar o Relatório do 2º**
12 **Quadrimestre de 2025 para apreciação do Conselho. DIPLAN/SES; 5.**
13 **Apresentar Parecer da Comissão de Finanças sobre o Relatório do 2º**
14 **Quadrimestre de 202. CES/COMFIN; 6. Atualizar a composição do CES/SE**
15 **através de resolução – substituição de conselheiros das entidades nominadas**
16 **no Decreto nº 609, de 1º de março de 2024; 7. Apresentar ações realizadas pela**
17 **comissão de assessoramento aos Conselhos Municipais de Saúde/CMS –**
18 **Núbia/CES; 8. Formar comissão para organizar a 9ª Conferência Estadual de**
19 **Saúde de Sergipe; 9. Formar Grupo de Trabalho para discutir os entraves na**
20 **Política Estadual de Cannabis Medicinal. Lohanna; e 10. O que ocorrer.**

21 Estando presentes os seguintes conselheiros: **Titulares: Segmento Usuários –**
22 **LUCAS DOS SANTOS** (Associação Comunitária de Ensino e Cultura Paz e Bem);
23 **UBIRACY FERREIRA SUASSUNA** (Associação Comunitária Santo Antônio);
24 **ANTÔNIO LUIZ DOS SANTOS** (Associação de pais, amigos e pessoas com
25 deficiências, de funcionários do banco do Brasil e da comunidade – APABB);
26 **DIANNA DOS SANTOS BATISTA** (Associação Sergipana de Pessoas com Doenças
27 Raras); **NÚBIA SANTANA BISPO** (Centro Social Sérgio Arouca-CCSA); **ANA PAULA**
28 **OLIVEIRA** (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras
29 Familiares do Estado de Sergipe/FETASE); **SIMONE RODRIGUES PEREIRA**
30 **PEIXOTO** (Instituto Professora Liette Oliveira-RESSURGIR); **ADRIANA LOHANNA**
31 **DOS SANTOS** (Movimento Popular de Saúde - MOPS); e **LUCIANO DA SILVA**
32 **OLIVEIRA** (Rotary Club de Aracaju). **Segmento Trabalhadores:** **ANA PAULA**
33 **VIEIRA ALVES MENDONÇA** (Associação Brasileira de Odontologia - ABO);
34 **FERNANDO ANTÔNIO NASCIMENTO DA SILVA** (Sindicato dos Psicólogos do
35 Estado de Sergipe/SINPSI); **ADAILTON DOS SANTOS** (Sindicato dos
36 Trabalhadores na Área da Saúde do Estado de Sergipe/SINTASA). **Segmento**
37 **Gestores/Prestador:** **DAVI ROGÉRIO FRAGA DE SOUZA/SES**; **NATASHA**
38 **EMANUELLY DE JESUS CORDEIRO MILET** (Associação Luz do Sol); e **JOSÉ**
39 **ANTÔNIO BARRETO ALVES FAKHOURI** (Universidade Federal de Sergipe/UFS).

40 **Suplentes: Segmento Usuários** – VERA LÚCIA TAVARES FARIAS (Associação
41 Comunitária de Apoio as Mulheres de Aracaju/ASCAPAMA); DIOCLÉCIO
42 FERREIRA FONSECA (Centro Social Sérgio Arouca); LEONILTON SILVA DA CRUZ
43 (Instituto Brasileiro de Assistência e Soluções Públicas/IBASP); e LUIZ CARLOS DA
44 SILVA (Movimento Comunitário do Estado de Sergipe - MOCESE). **Suplentes:**
45 **Segmento Trabalhadores** – SHEILA MORGANA MOTA LIMA (Sindicato dos
46 Enfermeiros do Estado de Sergipe/SEESE); e MARCOS ANTÔNIO MENEZES
47 (Sindicato dos Trabalhadores na Área da Saúde do Estado de Sergipe/SINTASA).
48 **Suplentes: Segmento Gestor/Prestador:** JOSÉ ARNALDO ALMEIDA SILVA
49 (Fundação Hospitalar de Saúde). A reunião foi iniciada e presidida por Adriana
50 Lohanna, deu boas-vindas, convidou o pleno para compor a Mesa Diretora/MD de
51 forma paritária. **Davi** realizou a leitura dos pontos de pauta. Passou ao **PRIMEIRO**
52 **PONTO DE PAUTA - Aprovação da 289ª ata reunião ordinária.** Todos
53 confirmaram o recebimento do documento, de modo prévio. Não houve nenhuma
54 manifestação, nem questionamento. Em regime de votação a ata foi aprovada,
55 tendo uma abstenção devido a conselheira não estar presente na reunião da
56 referida ata. Prosseguiu-se, para **SEGUNDO PONTO DE PAUTA. Informes Gerais.**
57 **Ubiracy** cumprimentou o pleno. Informou debates ocorridos em reunião do
58 Conselho Nacional de Saúde/CNS sobre “Agora tem especialista”; “Emendas
59 parlamentares”; “Pré-agenda da comissão de fundos do CNS”, com solicitação para
60 ser realizada em Aracaju/SE; realização da oficina do Participa+ ocorrida em
61 Aracaju. Ressaltou que dos vinte e sete estados somente Sergipe respondeu
62 questionário de avaliação e sugestão para a próxima edição, sendo um conselho
63 que vem trabalhando com o controle social de forma respeitosa e responsável com
64 os três segmentos. **Luiz Carlos** cumprimentou o pleno. Informou sobre convite do
65 aniversário do Hospital de Urgências; parabenizou colegas conselheiros por data
66 de aniversário; convocou a classe masculina aos cuidados preventivos à saúde; e
67 agradeceu a assessoria de comunicação da SES pelo envio dos convites para a
68 participação dos conselheiros nos eventos da saúde. **Vera** cumprimentou o pleno,
69 informou participação na Conferência da Mulher ocorrida em Brasília. Citou evento
70 realizado pela ASCAPAMA com apoio do município de Aracaju. Solicitou camisas e
71 crachás para os conselheiros. **Lohanna** ratificou explanação sobre o novembro azul.
72 Como representante do movimento da saúde pontuou participação ativa no Festival
73 de Artes de São Cristóvão. Ocorreu amostra do G Pop. Citou que o edital contempla
74 uma ampla diversidade de linguagens artísticas. **Vandecy** cumprimentou o pleno,
75 deu os informes da MD: 1. O CES recebeu ofícios com substituição de conselheiros.
76 UFS Dr. José Antônio Alves Fakhouri (titular) e Ana Carolina Guimarães Faleiros
77 (suplente); Associação Comunitária Paz e Bem, substituiu Wellington por Izac dos
78 Santos; CRO a conselheira Valéria Mota foi substituída por Marlos César Bomfim
79 Cabral. A Federação das Entidades Comunitárias de Sergipe/FECS encaminhou

80 ofício substituindo conselheiros. Contudo, foi enviado um ofício anterior solicitando
81 desligamento. Por fim, citou que a MD felicita os aniversariantes do mês: Tadeu e
82 Ana Paula (ABO); Dicléia (SINODONTO); Ubiracy (Associação Comunitária Santo
83 Antônio) e Vera (ASCAPAMA). **Srª Tiguça**, participante como observadora na
84 reunião, requereu o uso da palavra para solicitar esclarecimento sobre o informe
85 dado sobre a FECS. **Lohanna** perguntou se a MD estava de acordo. **Ubiracy**
86 esclareceu que nos informes não cabe debate, mas defendeu que o CES vem
87 trabalhando de modo democrático; dirigiu-se ao pleno para perguntar se teria
88 objeção na concessão do uso da palavra. A palavra foi concedida com o respeito
89 aos três minutos, conforme regimento do CES. **Srª Tiguça** cumprimentou o pleno,
90 apresentou-se, afirmou estar vice-presidente da FECS e o espanto ao ouvir que a
91 federação solicitou desligamento, uma vez que no dia quatro de outubro em
92 assembleia geral e de eleição não foi pontuada a saída da FECS do colegiado do
93 CES. Ressaltou que em nenhum momento a FECS se desligou, questionou como
94 chegou o ofício, quem recebeu e onde foi recebido. Expressou-se como
95 representante da federação, afirmou haver representantes da FECS no pleno e
96 todos sabem que não ocorreu desligamento. Afirmou que a decisão não foi realizada
97 em assembleia e a ata está em trâmite no cartório. Solicitou ao pleno que mantenha
98 a FECS na composição do CES. Ressaltou que o ofício chegou ao CES de modo
99 obscuro. Questionou quando e onde chegou o ofício. **Lohanna** resumiu o relato com
100 explanação que o ofício da FECS foi enviado com a substituição de conselheiros
101 através de protocolo via e-mail. Na seguida tomou-se conhecimento de ofício
102 anterior da FECS entregue em mãos. Explicou que o presidente anterior solicitando
103 a retirada da federação. **Ubiracy** esclareceu que os trâmites precisam ser
104 cumpridos regimentalmente. Pontuou não poder esclarecer se houve algo obscuro.
105 Não ocorreu objeção da MD em conceder a palavra, mas não compete ao deliberar
106 sobre as entidades que solicitam desligamento. Pois, o que rege é o edital. E na
107 vacância de uma entidade deve-se chamar a suplente com maior número de votos.
108 Na sequência explicou que os documentos enviados ao CES para representar a
109 FECS foi com todos os documentos acostados, ata atualizada com posse da
110 diretoria, estatuto, e outros. Enquanto não envia documento atualizado prevalece o
111 que o presidente anterior enviou, de acordo com o edital da eleição. Entende que o
112 CES não pode aceitar somente um ofício com substituição sem documentos anexos.
113 Se houve obscuridade, como a Srª Tiguça mencionou também há obscuridade no
114 ofício por não acostar os documentos que o edital da eleição solicitou. Defendeu
115 que se há obscuridade no processo que se procure os meios legais. **Lohanna**
116 salientou a relevância em definir e regulamentar os protocolos de trabalho da
117 secretaria executiva do conselho para definir quem pode receber os documentos.
118 **Núbia** salientou que foi dito que o ofício foi assinado pelo ex-presidente da FECS,
119 mas entende que as questões internas devem ser discutidas com os componentes

da federação, não cabe ao CES analisar questões internas da ex-diretoria com a atual. **Sr^a Tiguça** ressaltou, enquanto entidade, sobre a questão do protocolo. Afirmou ter perguntado a secretária executiva se o CES recebeu o ofício via e-mail porque consta a data e hora. A mesma respondeu não ter recebido, mas foi entregue pela Mesa Diretora/MD dia vinte e um. Explicou que a entidade está resolvida, somente no aguardo do cartório entregar a ata. Continuou questionando sobre a entrega do ofício, sobre quem recebeu e em qual lugar. Pediu a anulação do documento e a filmagem da pessoa recebendo no CES porque tem que ter recebido no CES e compete a secretaria executiva receber o documento e não ninguém da MD. Voltou a afirmar que o ex-presidente da FECS entregou o documento de forma obscura a alguém da MD que ainda não ficou esclarecido. **Vandecy** solicitou a palavra em razão de ter tido seu nome mencionado. Esclareceu ao Pleno acerca da resposta prestada a Sra. Tiguça, quando esta indagou sobre o ofício encaminhado pela FECS referente ao pedido de desligamento. Informou que o referido documento foi entregue no dia dois de outubro, e que a comunicação ao Pleno estava prevista para ocorrer na reunião do dia vinte e um de outubro. Contudo, tal reunião não se realizou por falta de quórum. Registrou que, ainda assim, o vice-presidente, então presidente do Conselho entregou o documento, em mãos, à secretária executiva na mesma data, vinte e um de outubro. Em sequência, no dia cinco de novembro, a FECS enviou ofício indicando substituição. Ressaltou, entretanto, que o ofício assinado pelo presidente anterior - documento este amparado pelas regras estabelecidas no edital de eleição - foi protocolado em dois de outubro. **Vandecy** destacou ter respondido a Sra. Tiguça que não recebeu o documento por e-mail, conforme questionado pela mesma. Contudo, observou que a ausência de envio por meio eletrônico não invalida o documento, uma vez que diversos documentos são recebidos presencialmente, com registro de assinatura e data. Acrescentou que o fato da secretária executiva encontrar-se em atividade externa no momento da entrega não impede a recepção formal de documentos. Por fim, informou ter esclarecido a Sra. Tiguça que o CES frequentemente recebe documentos oriundos do Poder Judiciário e outros órgãos em formato físico, e não por e-mail. **Lohanna** enfatizou que caso ainda tenha ficado dúvidas a entidade FECS pode enviar ofício que CES responderá regimentalmente. Passou a palavra ao conselheiro Antônio Luiz para presidir a reunião. **Antônio** cumprimentou o pleno, esclareceu os motivos pelo atraso. Ressaltou que, no que se refere ao documento encaminhado pela FECS, todos os esclarecimentos já foram devidamente apresentados. Informou ter recebido o referido documento na qualidade de vice-presidente, função que lhe confere a prerrogativa para tal recebimento. Destacou que as tratativas pertinentes foram esclarecidas e colocou-se à disposição para tratar, de forma documental, qualquer questão que venha a ser encaminhada sobre o assunto. Na sequência **PASSOU-SE AO TERCEIRO PONTO DE PAUTA. A Saúde Bucal: conhecendo o**

papel de cada ente federativo e a rede assistencial do Estado de Sergipe. SES.

Ana Paula. Cumprimentou o pleno. Informou que nos dias 16 e 17 de outubro participou de reunião da Comissão Intersectorial de Saúde Bucal, ocorrida em Brasília. Teve audiência pública na Câmara Federal, com a condução da deputada EriKa Kokai e representações da saúde bucal. O intento da audiência foi tratar sobre a saúde bucal como direito humano e parte essencial da saúde integra. A deputada ressaltou que, apesar dos avanços, persistem desigualdades no acesso aos serviços e que é preciso fortalecer a área diante de desafios como o financiamento e a precarização do trabalho profissional. **Ana** salientou a importância dos conselhos de saúde no processo de debates. Solicitou apoio na divulgação junto aos conselhos municipais para ocorrer a 4ª Conferência Nacional de Saúde Bucal. Destacou que no dia 02 de dezembro será realizada a Jornada Estadual de Saúde Bucal e enviará card para ter a participação do CES na mesa de abertura. Dando prosseguimento apresentou slides a respeito do papel da saúde bucal e as responsabilidades de cada ente federativo. Explicou sobre o “Programa Brasil Sorridente”; a Política Nacional de Saúde Bucal/PNSB conhecida como Brasil Sorridente, estabelece que o atendimento odontológico deve ocorrer prioritariamente na atenção primária à saúde. Esclareceu o que cabe a cada ente federativo. Explicou sobre a Rede de Atenção à Saúde Bucal; apresentou a constituição da rede e como está organizada em Sergipe, a quantidade de equipe de saúde da família por região, na atenção primária e especializada. Apresentou a série temporal dos atendimentos odontológicos. Por último exibiu fotos de ações realizadas pela equipe de saúde bucal da SES. Agradeceu a oportunidade concedida pelo CES em participar com uma pauta de apresentação. **Antônio Luiz** agradeceu pela explanação e abriu para o pleno. **Luiz Carlos** parabenizou a explanação, citou ter uma câmara de saúde bucal no CES, mas a equipe não está se reunindo, sem nenhuma ação efetiva. Solicitou ao pleno o empenho para cobrar da SES convênio com a ABO. **Ubiracy** verbalizou entender a explanação de Luiz Carlos e o pedido de apoio para convênio com a ABO, mas diante dos números apresentados, em especial a quantidade de equipe de saúde bucal, entende que a partir do momento que exige a responsabilidade dos municípios, os atendimentos ficarão mais complexos. Sugeriu uma recomendação aos conselhos municipais de saúde para se dedicarem aos Planos Municipais de Saúde para valorizar a saúde bucal como deve ser para os pacientes. Pois, ao contrário irá superlotar o Estado. Compreendeu que muitas ações podem ser realizadas, mas as responsabilidades municipais devem permanecer. Perguntou a palestrante se há impedimento dos municípios contratarem novos profissionais para formar mais ESF. Citou que as visitas domiciliares estão reduzidas em alguns municípios, especialmente em saúde bucal. Se ocorre a construção de mais Centro Especializado Odontológico/CEO as pessoas não buscaram o atendimento na Rede Primária. Perguntou como é o fluxo

para a entrada no CEO. **Vera** citou que os usuários procuram os atendimentos nas unidades básicas, mas falta materiais, por isso, se procura o CEO, mas existe a regulação. **Sr^a Tiguça** citou sobre o atendimento odontológico na Unidade Básica de Saúde/UBS de Porto da Folha quando solicita exame mais especializado, o qual se realiza na Unidade de Pronto Atendimento/UPA, mas ocorre a demora na emissão de laudos, precisando o usuário acessar o sistema. Algo que é para ser urgente acaba por se realizar os procedimentos em mais de uma semana. Ressaltou que procedimentos específicos são demorados. **Ana Paula** respondeu aos questionamentos. Explicou que cabe aos municípios providenciar o abastecimento nas UBS. É preciso que os usuários façam a cobrança aos seus respectivos municípios. Salientou que há um teto estabelecido para ESF em cada município, pelo tamanho do território, o qual foi reconhecido pelo Ministério da Saúde, e a saúde bucal acompanha a ESF. Quanto ao fluxo para o CEO, após se esgotarem as tentativas de solucionar o problema do paciente nas UBS, encaminha-se para o CEO, via referenciamento com a devida guia de cuidado específico. Salientou que CEO não é ponto de urgência. O CEO é tratamento eletivo, regulado e encaminhado. Respondeu que as UPAS não fazem atendimento odontológico e nem raio X odontológico. Dando sequência **Davi** agradeceu a explanação de Ana Paula. **PASSOU-SE AO QUARTO PONTO DE PAUTA. Apresentar o Relatório do 2º Quadrimestre/RDQA de 2025 para apreciação do Conselho. DIPLAN/SES. Iara**, cumprimentou o pleno. Esboçou sobre a prestação de contas do 2º Relatório Quadrimestral, conforme previsto na Lei Complementar nº 141/2012. Salientou que o objetivo da exposição foi demonstrar, de forma transparente, como foram aplicados os recursos da saúde no período, apresentou os principais indicadores de desempenho para subsidiar o controle social a exercer plenamente seu papel deliberativo. Agradeceu ao pleno. Na sequência **Davi** sugeriu realizar a leitura do relatório da comissão sobre o 2º RDQA 2025 para apreciação do pleno. **QUINTO PONTO DE PAUTA. Apresentar Parecer da Comissão de Finanças sobre Relatório do 2º Quadrimestre de 2025. CES/COMFIN. Lohanna** realizou a leitura do relatório com o parecer da comissão. A comissão destacou que o documento atende às exigências previstas na Lei Complementar nº 141/2012, especialmente no que se refere à transparência e à prestação de contas das ações e serviços públicos de saúde. O 2º RDQA apresentou de forma clara e objetiva as informações sobre a execução orçamentária, financeira e física, bem como os indicadores de saúde, permitindo avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estadual de Saúde e na Programação Anual de Saúde (PAS). A comissão encaminhou que as metas ainda não alcançadas no 1º e 2º RDQA sejam revistas as estratégias para atingir no 3º RDQA. A apresentação da execução financeira das emendas parlamentares na reunião ordinária de dezembro. Por fim, avaliou favoravelmente o 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior de 2025, e

recomendou que o mesmo fosse encaminhado ao Pleno do Conselho Estadual de Saúde de Sergipe para deliberação e registro em ata. **Davi** agradeceu a apresentação realizada pela técnica da SES, Sr^a Iara. Reforçou que a apresentação foi no mesmo modelo que a apresentada na Assembleia Legislativa. A comissão se debruçou sobre o documento, analisou por completo todas as seções do documento, o qual foi encaminhado, com antecedências ao e-mail dos conselheiros. Abriu para esclarecimentos. **José Antônio** solicitou esclarecimento sobre o indicador da maternidade infantil por ter entendido na apresentação que houve comemoração e se a meta é anual. Pois, o dado é preocupante. Pois, a meta é 13.90 e já está em 14.47, sendo que o ideal seria meta zero, ou seja, nenhuma morte. Salientou entender que isso é impossível. Mas, questionou se no RDQA tem justificativa. **Davi** explicou que a descrição do indicador são condições sensíveis da Atenção Básica. São dados que o estado apura a partir das informações dos municípios. É uma meta que se almeja que fosse zerada por se tratar de vidas. O Relatório será enviado ao Sr. Antônio, pois não foi enviado antes porque somente na presente data o conselheiro integrou o colegiado do conselho. **Ubiracy** acrescentou que na SES há a comissão de monitoramento materno-infantil com integrante do CES, que é Dr Helton que pode apresentar dados. Enfatizou a relevância do pré-natal conforme preconizado para não ter dados elevados. Encaminhou-se para votação. O 2º RDQA e Parecer da Comissão de finanças foi aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento, **PASSOU-SE AO SEXTO PONTO DE PAUTA. Atualizar a composição do CES/SE através de resolução – Substituição de conselheiros das entidades nominadas no Decreto nº 609, de 1º de março de 2024.** **Lohanna** salientou que considerando as substituições de conselheiros indicados pelas entidades, torna-se necessária a apreciação do colegiado quanto à possibilidade de que tais alterações passem a ser formalizadas por meio de Resolução, em substituição ao Decreto. A medida justifica-se pelo fato de que, frequentemente, ocorrem mudanças de representação, o que torna o processo de publicação por Decreto muito moroso, diante dos trâmites. A adoção da Resolução, portanto, conferirá maior celeridade e adequação ao fluxo de atualizações. Somente permanece publicação em Decreto quando ocorrer Eleição para as entidades comporem o colegiado. Em regime de votação, após os devidos esclarecimentos, todos os presentes aprovaram por unanimidade que as substituições de conselheiros sejam publicadas via Resolução assinada pelo presidente e homologada pela SES para publicação em Diário oficial do Estado. Na sequência **PASSOU-SE AO SÉTIMO PONTO DE PAUTA. Apresentar ações realizadas pela comissão de assessoramento aos Conselhos Municipais de Saúde.** A coordenadora da Comissão Intersetorial de Elaboração e Acompanhamento do Programa de Educação Permanente, Comunicação, Informação, Assessoramento e Supervisão dos Conselhos Municipais de Saúde de Sergipe, conselheira **Núbia**

Santana, realizou apresentação detalhada das ações desenvolvidas pela Comissão no período de março de 2024 a novembro de 2025. Durante o relato, destacou que as atividades foram executadas em parceria com o conselheiro Ubiracy Suassuna, coordenador de Educação Permanente na Mesa Diretora do CES, bem como com o apoio de conselheiros do CES e da Comissão de Visitas aos Conselhos Municipais de Saúde, atendendo solicitações dos próprios CMS. Entre as ações apresentadas, registraram-se: a participação no processo eleitoral do Conselho Municipal de Saúde de Simão Dias, por determinação judicial; a realização de oficinas e capacitações direcionadas aos CMS; a colaboração em conferências temáticas e em conferências municipais de saúde; a realização de reuniões com a equipe do Projeto Participa+, coordenado pelo Centro de Educação Popular em Educação Permanente e pelo Conselho Nacional de Saúde; além das atividades de multiplicação decorrentes da participação no referido projeto. Ressaltou-se que todas essas ações foram conduzidas com o propósito de fortalecer o controle social do SUS e contribuir para o aprimoramento das práticas dos conselhos municipais de saúde em Sergipe. Agradeceu a todas as pessoas que contribuíram com a comissão na realização das ações apresentadas. **Davi** agradeceu a explanação passou ao **OITAVO PONTO DE PAUTA. Formar comissão para organizar a 9ª Conferência Estadual de Saúde de Sergipe.** **Ubiracy** sinalizou sobre a importância em formar a comissão para conduzir o processo da conferência, visto a etapa municipal precisar iniciar até meados do próximo ano. Houve eleição. Do segmento usuário para as quatro vagas na comissão foram eleitos, todos com o mesmo quantitativo de seis votos: 1. Núbia Santana Bispo; 2. Luiz Carlos da Silva; 3. Ubiracy Ferreira Suassuna; e 4. Leonilton Silva da Cruz. A conselheira Adriana Lohanna retirou-se da eleição porque participará da comissão enquanto coordenadora da comunicação e Dianna dos Santos Batista obteve 03 votos, com isso, não irá compor a comissão. Houve eleição do segmento trabalhador para as duas vagas. Na primeira votação os conselheiros Sheila, Fernando, e Marcos obtiveram dois votos. Por ter ficado empate, realizou-se nova eleição com a votação aberta para todos os segmentos votarem. Foram eleitos para as duas vagas da comissão: 1. Fernando Antônio Nascimento da Silva obteve oito votos; e 2. Marcos Antônio Menezes obteve sete votos. A conselheira Sheila Morgana obteve seis, com isso, não foi eleita para compor a comissão. **Davi** salientou que a gestão encaminhará os dois nomes, via e-mail. Logo depois, passou-se ao **NONO PONTO DE PAUTA. Formar Grupo de Trabalho para discutir os entraves na Política Estadual de Cannabis Medicinal.** **Lohanna** enfatizou que enquanto representante do movimento popular de saúde participou de encontros para discutir tema relacionado a cannabis medicinal, percebeu-se a necessidade em discutir a política estadual, para isso sugeriu criar um grupo de trabalho para dialogar com a secretaria da SES sobre o protocolo da cannabis. Informou que o movimento

popular recebeu moção de louvor por Sergipe ser o estado que possui legislação mais ampla e preparada do país. Contudo, ao mesmo tempo explicou que o uso é restrito a somente duas patologias, por isso, o movimento estadual solicita a criação do GT bem como pauta para o mês de dezembro, já aprovado em reunião da Mesa Diretora. O pleno concordou. Em regime de votação foram eleitos para o Grupo de Trabalho: Segmento usuário - Adriana Lohanna com doze votos; Luiz Carlos com nove votos. Segmento Trabalhador - Fernando com nove votos. O segmento gestor será informado posteriormente. Importante destacar que a conselheira Vera obteve seis votos, e a conselheira Dianna empatou com Luiz Carlos por duas vezes, no quantitativo de nove votos. Com isso, foi necessário o voto de minerva do presidente. **DÉCIMO PONTO DE PAUTA. O que ocorrer.** A Conselheira **Núbia** registrou que, ao chegar para a reunião, ouviu, no corredor de entrada do auditório, uma frase proferida por uma conselheira, afirmando que “aqui no pleno tem é muita gente safado”. Relatou ter ficado profundamente constrangida e afirmou: “Na minha idade, sendo avó, saindo de minha casa de forma voluntária para cumprir com meu papel neste Conselho, questiono se me enquadro nessa expressão e o que se entende por ‘safado’ neste espaço. Entendo que ninguém é obrigado a gostar de ninguém, mas todos somos obrigados a respeitar o próximo. O termo ‘safado’, utilizado nesta Casa e dirigido aos conselheiros, é extremamente ofensivo”. A conselheira declarou que não irá se omitir diante do ocorrido e que encaminhará ofício à Mesa Diretora para a Comissão de Ética se posicionar sobre o ocorrido. Finalizou solicitando respeito mútuo entre todos os membros do Conselho. **Luiz Carlos** convidou o pleno a estar presente no lançamento do livro “A voz de vitória, de Auriza Alves”, no dia vinte e oito, no shopping Riomar. O livro aborda o capacitismo velado. **Dianna** informou que irá protocolar pedido de pauta sobre hemofilia, a pedido da associação sergipana de hemofilia. Em seguida, citou fazer parte do comitê estadual sobre violência sexual contra criança, como suplente. Mas, como o titular não se encontra com saúde para participar quer saber se pode continuar nas reuniões do comitê. O comitê quer saber sobre o fluxo de atendimento no Instituto Médico Legal e Centro de Referência da Assistência Social e vai oficializar o CES. **Lohanna** explicou que o suplente sempre assume quando o titular não pode participar das reuniões. **Vera** perguntou sobre as camisas e crachás do CES. **Lohanna** explicou não ter orçamento para esse ano e sobre o crachá foi solicitado foto aos conselheiros. Mas, somente recebeu de três pessoas. Deu a reunião por encerrada às 12h15. Relembrou a data da reunião de dezembro a ocorrer dia dezois, conforme calendário aprovado. Convidou os presentes para o coffe break. Com a existência e arquivamento do áudio desta reunião, eu Vandecy Farias Bezerra, Secretária Executiva, lavro a presente ata, após lida, aprovada e assinada por todos os presentes.